

ORGANIZADORES

DANIEL LUIZ YARSHELL

DANIEL MENEGASSI ZOTARELI

LEANDRO GOUVEIA FELIX

DESAFIOS E TENDÊNCIAS EM MATÉRIA DE ARBITRAGEM E PROCESSO

Homenagem aos 10 anos de formados da Turma 183
da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Londrina/PR
2025


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: Os organizadores
Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2025)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Ricardo Genelhú • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Desafios e tendências em matéria de arbitragem e processo: homenagem aos 10 anos de formados da Turma 183 da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo./ Daniel Luiz Yarshell; Daniel Menegassi Zotareli; Leandro Gouveia Felix (orgs.). - Londrina, PR: Thoth, 2025.

405 p.

Inclui bibliografias.

ISBN: 978-65-5113-216-2

1. Direitos reprodutivos. 2. Biodireito. 3. Direito de família. I. Yarshell, Daniel Luiz. II. Zotareli, Daniel Menegassi. III. Felix, Leandro Gouveia.

CDD 341.2

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Constitucional: 341.2

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

ORGANIZADORES

DANIEL LUIZ YARSHELL

Graduado e Mestre em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da USP. Sócio de Yarshell Advogados.

E-mail: dly@yarshell.com.br

DANIEL MENEGASSI ZOTARELI

Advogado. Graduado junto à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Mestre e doutorando em Direito Processual Civil pela mesma instituição. Autor de livros e artigos jurídicos. Sócio em Felix Menegassi Advogados.

E-mail: daniel@felixmenegassi.com.br

LEANDRO GOUVEIA FELIX

Graduado pela Faculdade de Direito da USP. LL.M. pela The University of Chicago Law School. Sócio em Felix Menegassi Advogados.

E-mail: felix@felixmenegassi.com.br

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
PREFÁCIO.....	15

CAPÍTULO 1

Amanda Cristina Siqueira da Costa Vilela

Leandro Gouveia Felix

CLÁUSULAS DE EXPERT DETERMINATION EM CONTRATOS DE M&A: NATUREZA E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS DE SUA COEXISTÊNCIA COM A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	27
---	----

Introdução	27
1 A arbitragem como mecanismo de resolução de disputas.....	28
1.1 Algumas notas gerais sobre os procedimentos arbitrais.....	28
1.2 Efeitos da sentença arbitral.....	32
1.3 Razões para escolha da arbitragem como mecanismo de resolução de disputas em contratos de M&A	33
2 As cláusulas de expert determination.....	35
2.1 Definição e natureza jurídica	35
2.2 Benefícios da inclusão da cláusula de expert determination.....	39
2.3 Desafios operacionais	40
2.4 Principais disputas decorrentes de contratos de M&A sujeitas à cláusula de expert determination.....	41
3 As principais diferenças entre arbitragem e expert determination em contratos de M&A	45
4 Aspectos práticos decorrentes da convivência entre as cláusulas arbitrais e de expert determination em operações de M&A.....	47
Conclusão	52

CAPÍTULO 2

Ana Luiza Tesser Arguello Zanetta

Anelise Paschoal Garcia Duarte

PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA E ARBITRAGEM: CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS A RESPEITO DO REQUISITO DE URGÊNCIA	55
---	----

Introdução	55
------------------	----

1 Os requisitos necessários para a produção antecipada de provas perante o Judiciário quando existente cláusula compromissória ou compromisso arbitral	56
--	----

1.1 Requisitos legais: <i>fumus boni iuris</i> e urgência	57
---	----

1.2 Previsão diversa na cláusula arbitral deve orientar a análise do tema pelo juiz	59
--	----

2 A discussão a respeito do requisito da urgência	62
---	----

2.1 Divergência teórica sobre o tema. Apanhado doutrinário para fins de ilustração. Resumo das posições	62
--	----

2.2 Controvérsias que se valem de argumentos práticos	65
---	----

2.3 Divergência jurisprudencial sobre o tema. Análise da corte paulista. Pontos de divergência, posição indefinida, resumo das posições	67
--	----

Conclusão	74
-----------------	----

CAPÍTULO 3

André Yukio Iochida Lacerda

EMBARGOS ARBITRAIS E JUDICIAIS: UMA ANÁLISE DOS MEIOS DE DEFESA POSSÍVEIS NAS EXECUÇÕES DE CONTRATOS COM CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	77
--	----

1 Possibilidade de ajuizamento de execução de título extrajudicial fundada em contratos com cláusula compromissória	77
--	----

2 Defesas cabíveis ao executado e garantias constitucionais	80
---	----

3 Embargos arbitrais ou judiciais?	81
--	----

4 Problemas práticos e as possíveis soluções	84
--	----

Conclusão	90
-----------------	----

CAPÍTULO 4

Antonio Alberto Rondina Cury

Paulo Hime Funari

AS VÁRIAS INTERFACES ENTRE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E PROCEDIMENTOS ARBITRAIS.....93

Introdução	93
1 Litígios envolvendo novas tecnologias.....	98
1.1 Novas tecnologias e arbitrabilidade	98
1.2 Conflitos envolvendo a violação à privacidade e à proteção de dados ..	99
1.3 Conflitos envolvendo propriedade intelectual e direitos autorais	102
2 Novas ferramentas e os cuidados em seu uso	104
2.1 Auxílio aos participantes da arbitragem	104
2.2 Tomada de decisão por inteligência artificial.....	106
2.3 Cuidados necessários e preocupações atuais.....	108
Conclusão	111

CAPÍTULO 5

Bruno Ferreira Soares Batista

Caio Torres Ferraz de Mello

AUDIÊNCIAS VIRTUAIS..... 113

Introdução	113
1 As audiências virtuais em retrospectiva	114
2 Novos tempos, novas diretrizes e regras	115
3 Método de organização das audiências virtuais	118
4 Preservação da oralidade e da imediação.....	121
5 Oposição à audiência virtual e a decisão dos árbitros	124
6 Benefícios Proporcionados pelas Audiências Virtuais	126
Conclusão	127

CAPÍTULO 6

Carolina da Rocha Morandi

Deborah Cristina dos Santos Nery

ARBITRAGEM DE DESPEJO OU DESPEJO DA ARBITRAGEM? UMA BREVE ANÁLISE DE DECISÕES RESISTENTES À ARBITRAGEM EM AÇÕES DE DESPEJO..... 129

Introdução 129

1 Locação, arbitragem, contratos por adesão e intermediação de plataformas eletrônicas 131

1.1 Manifestação da aceitação expressa do aderente 131

1.2 (In)aplicabilidade do CDC ao contrato de locação que (in)viabiliza a via arbitral – o art. 51, VI do CDC..... 137

2 Natureza jurídica da ação de despejo e a (in)viabilidade da arbitragem..... 144

Conclusão 148

CAPÍTULO 7

Carolina Dionísio

JURISDIÇÃO ESTATAL E ARBITRAL, EVOLUÇÃO E PANORAMA ATUAL NO BRASIL..... 151

1 Jurisdição estatal e arbitral, evolução e panorama atual no Brasil..... 151

2 Conflitos e sociedade..... 151

3 Métodos de solução de conflitos 152

4 Insuficiência da jurisdição estatal..... 154

5 Percurso da arbitragem no Brasil..... 157

6 Atual cenário da arbitragem no Brasil em estatística 160

7 Arbitragem como meio mais adequado para determinados conflitos 162

Conclusão 164

CAPÍTULO 8

Cláudia Gruppi Costa

CLÁUSULAS DE INDENIZAÇÃO EM CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS..... 167

Introdução 167

1 Conceitos preliminares: *indemnity* e *warranty* e sua relevância para a compreensão da cláusula de indenização..... 170

2 A cláusula de indenização	173
2.1 Conceito e função.....	173
2.2 Estrutura e alcance	175
3 Limitações temporais e quantitativas comumente previstas em cláusulas de indenização	181
3.1 Limites temporais	181
3.2 Limites quantitativos	186
Conclusão	188

CAPÍTULO 9

Daniel Luiz Yarshell

BREVES REFLEXÕES SOBRE O LITISCONSÓRCIO ENTRE PARTE E ADVOGADO NA IMPUGNAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL

Introdução	191
1 As diferentes classificações de litisconsórcio	191
1.1 Comentários entre as distinções entre o litisconsórcio necessário e o litisconsórcio unitário	195
2 Limites subjetivos da impugnação de sentença arbitral.....	196
2.1 Legitimidade	197
2.2 Segue: reflexões sobre a autonomia do capítulo da sentença que trata sobre honorários	199
2.3 Interesse jurídico vs. interesse econômico.....	203
3 Aproximações e distanciamentos entre a ação anulatória de sentença arbitral e a ação rescisória: uma análise da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.....	205
Conclusão	207

CAPÍTULO 10

Daniel Menegassi Zotareli

ANULAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL POR VÍCIO DE MOTIVAÇÃO....

1 A demanda anulatória de sentença arbitral.....	209
2 O vício de motivação da sentença arbitral como hipótese de nulidade	211
3 A motivação da sentença arbitral: um dever ainda mais acentuado	216
Conclusão	222

CAPÍTULO 11

Francisco Paulo De Crescenzo Marino

ARBITRAGEM EM DISPUTAS DE INFRAESTRUTURA: A EFICÁCIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA PERANTE SUBCONTRATADOS E SEGURADORAS

225

Introdução

225

1 Vinculação da convenção de arbitragem a subcontratados

226

1.1 Marcos teóricos: o subcontrato como hipótese de coligação contratual e como figura autônoma

226

1.2 Ausência de vinculação aos subcontratados como regra geral

228

1.3 Cláusulas de faturamento direto e back-to-back

230

1.4 A chamada “ação direta”

232

2 Vinculação da convenção de arbitragem a seguradoras

233

2.1 A sub-rogação da seguradora e a jurisprudência do STJ

233

2.2 Marco teórico: a sub-rogação e sua dupla eficácia

239

2.3 O conhecimento da seguradora é relevante?

241

Conclusão

243

CAPÍTULO 12

Heitor Vitor Mendonça Sica

DAS BOAS E MÁS RELAÇÕES ENTRE ARBITRALISTAS E PROCESSUALISTAS

245

CAPÍTULO 13

João Pedro de Oliveira de Biazi

JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA: A REFORMA DA LEI 14.905/24

251

Introdução

251

1 Inadimplemento e suas consequências após a Lei nº 14.905/24

252

2 Consequências da Lei: segurança jurídica ou persistência das dúvidas?

255

CAPÍTULO 14

Júlia Perocco Pazetti

A MEDIDA DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NO PROCEDIMENTO ARBITRAL ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 257

Introdução	257
1 O princípio da publicidade como garantia constitucional.....	260
2 A regulamentação da matéria na legislação esparsa anterior à Lei de Arbitragem	261
3 A regulamentação da matéria pelos Entes Federativos e Câmaras de Arbitragem.....	263
4 O tratamento da matéria pela doutrina.....	268
Conclusão	269

CAPÍTULO 15

Ligia Novais de Oliveira

Thaís Vieira

REFLEXÕES SOBRE TUTELA DA EVIDÊNCIA E ARBITRAGEM..... 271

Introdução	271
1 Os fundamentos da tutela provisória	272
2 A tutela provisória na Lei de Arbitragem	274
3 A tutela da evidência (no silêncio da Lei de Arbitragem).....	278
3.1 (Des)cabimento de tutela da evidência antes de instituída a arbitragem....	279
3.2 (Des)cabimento de tutela da evidência depois de instituída a arbitragem....	280
Conclusão.....	285

CAPÍTULO 16

Lucas Ferreira Cordeiro

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA..... 287

Introdução	287
1 Prazo decadencial e matérias de defesa.....	289
2 Litispendência e coisa julgada	294
3 Honorários advocatícios de sucumbência	298
Conclusão	301

CAPÍTULO 17

Marcelo Salvitti Petiti

A INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO NA ARBITRAGEM: UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM O PROCESSO JUDICIAL E OS DESAFIOS ATUAIS..... 305

Introdução	305
1 O regime jurídico da prescrição no direito brasileiro.	306
2 A arbitragem e os seus efeitos jurídicos.....	309
3 Questões controvertidas com a nova previsão legal.....	312
4 Jurisprudência atual.....	314
5 Análise comparativa: interrupção da prescrição na arbitragem e no processo judicial.....	315
Conclusão	317

CAPÍTULO 18

Maria Isabel de Sá Dias Machado

INTERSECÇÕES ENTRE ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO: O DEVER DE REVELAÇÃO NA MIRA DAS AÇÕES ANULATÓRIAS.....319

Introdução	319
1 O dever de revelação dos árbitros: previsão legal e orientações seguidas na prática	320
2 Análise de decisões dos tribunais brasileiros envolvendo o dever de revelação: qual rumo o Judiciário está seguindo?	326
Conclusão	331

CAPÍTULO 19

Mônica Murayama

O PAPEL DO VOTO DIVERGENTE NA ARBITRAGEM: MECANISMO DE LEGITIMIDADE E TRANSPARÊNCIA OU INSTRUMENTO DE ATAQUE À ARBITRAGEM?..... 333

Introdução	333
1 Análise histórica e comparada: votos divergentes em diferentes jurisdições e instituições arbitrais.....	335
2 Conceito, natureza e importância dos votos divergentes.....	338
3 Provocações sobre aspectos positivos e negativos dos votos divergentes	340
Conclusão	345

CAPÍTULO 20

Murilo Caldeira Germiniani

ARBITRAGEM E DIREITO DO TRABALHO 7 ANOS DEPOIS DA REFORMA TRABALHISTA: ONDE ESTAMOS E AONDE QUEREMOS CHEGAR?

Introdução	347
1 Arbitragem e Direito do Trabalho: um pouco de história	348
2 Reforma trabalhista: recomeço para a arbitragem trabalhista	356
3 Reforma trabalhista, arbitragem e a resistência doutrinária	358
4 Evolução da jurisprudência após a reforma trabalhista	361
5 O futuro da arbitragem no Direito do Trabalho	365

CAPÍTULO 21

Raquel Macedo Moreira

PROVA PERICIAL EM ARBITRAGENS DE CONSTRUÇÃO: REFLEXÕES PARA O CONTEXTO BRASILEIRO.....

Introdução	367
1 A prova pericial na arbitragem	369
1.1 Fontes normativas.....	369
1.2 A importância da prova pericial nas arbitragens de construção.....	371
1.3 Terminologia	372
2 Reflexões sobre a coleta de provas periciais na arbitragem de construção.....	375
2.1 O lugar-comum da distinção entre common law versus civil law.....	375
2.2. Arbitragem brasileira não é arbitragem internacional.....	377
2.3 O gerenciamento de prova pericial na prática internacional.....	379
Conclusão.....	383

CAPÍTULO 22

Raul Longo Zocal

A JURISPRUDÊNCIA VINCULANTE E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL

Introdução	385
1 Colocação dos precedentes vinculantes na legislação brasileira.....	386
2 Correlação entre a jurisprudência vinculante e as garantias do processo civil constitucional	388

2.1 A legalidade e o precedente vinculante: uma abordagem dogmática.....	389
2.2 Acesso à justiça, projeção substancial do direito de ação e inafastabilidade do controle jurisdicional	394
2.3 Contraditório.....	398
2.4 Razoável duração do processo e princípio da eficiência na administração pública.....	401
Conclusão.....	404